

# Dos pornotrópicos à emancipação da mulher: corpo e território em *Caderno de memórias coloniais*, de Isabela Figueiredo

Alessandra Paula Rech\* 

Daniele Scalia\*\* 

O presente artigo se detém sobre representações do corpo na relação entre colonos e colonizados, a partir da análise de *Caderno de memórias coloniais*, de Isabela Figueiredo. Publicado pela primeira vez em 2009, o romance autoficcional se destaca ao fazer da realidade matéria-prima para a criação literária de forma reflexiva, especialmente acerca das questões culturais envolvidas nos processos de colonização portuguesa e posterior emancipação que fazem parte da trajetória pessoal da escritora. Para melhor entendimento do percurso empreendido, inicialmente realizamos uma breve contextualização do gênero literário em que esta obra se insere, a autoficção contemporânea. Em seguida refletimos sobre questões acerca do papel da mulher em uma sociedade patriarcal e historicamente dominada por brancos, extraíndo de trechos da obra de Figueiredo situações que denotam a perpetuação da opressão, especialmente sobre o corpo de mulheres brancas e negras. Um terceiro eixo deste estudo destaca aspectos complexos do embate colonial português, a fim de elaborar possíveis caminhos para a emancipação, especialmente dos povos pertencentes às antigas colônias, a partir do horizonte crítico fornecido pelos estudos pós-coloniais.

## Autoficção e subjetividades

*Caderno de memórias coloniais* tem origem no *blog* que a autora escrevia para refletir acerca da realidade de um Portugal africano. Dessa forma, pode ser considerado também como literatura digital, uma vez que, de acordo com Lúcia Santaella (2013), toda a criação de uma obra literária que aproveita as capacidades e contextos fornecidos por um computador, com ou sem rede, é considerada literatura digital. Para a autora, a literatura digital testa as fronteiras do literário, conduzindo à reflexão acerca das possibilidades do texto literário e seus pressupostos.

---

\* Doutora em Literatura Brasileira e professora da Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: palavrear@gmail.com.

\*\* Mestre em Letras e Cultura pela Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: dscaliam@ucs.br.

Na literatura digital, a presença do escritor enquanto personagem do próprio texto não é de todo rara, evidenciando o gênero autoficcional, outra característica importante na obra de Figueiredo. Expressão híbrida entre ficção e autobiografia, a autoficção foi caracterizada por Serge Doubrovsky ainda no século passado:

Ficção, de acontecimentos e fatos estritamente reais; se se quiser autoficção, por ter confiado à linguagem de uma aventura à aventura da linguagem, fora da sabedoria e fora da sintaxe do romance, tradicional ou novo. Encontro, fios de narrativas, aliteraões, assonâncias, dissonâncias, escrita de antes ou de depois da literatura, concreta, como se diz em música. Ou ainda, autofricção: (ou é autoficção?) pacientemente onanista, que espera compartilhar seu prazer (DOUBROVSKY, 1977, capa).

A autoficção difere da autobiografia na medida que não segue necessariamente uma linha cronológica e não assume um compromisso com o contar da vida de uma determinada personalidade com veracidade. Para Anna Faedrich, em essência, a autoficção é uma “prática literária contemporânea da ficcionalização de si, em que o autor estabelece um pacto ambíguo com o leitor, ao eliminar a linha divisória entre fato/ficção, verdade/mentira, real/imaginário, vida/obra, etc.”. Outro aspecto destacado pela autora diz respeito ao caráter criativo da obra autoficcional, em um movimento “que é da obra de arte para a vida – e não da vida para a obra, como na autobiografia” (FAEDRICH, 2016, p. 44).

Em *Cadernos de memórias coloniais*, Isabela Figueiredo é também personagem, relembrando a infância em Moçambique e a mudança para Portugal, assim como o preconceito, o racismo e o sofrimento de colonizados e colonizadores, uma vez que os retornados também não foram bem aceitos. Além disso, a obra pode ser lida como um acerto de contas da narradora com o pai, que personifica a colonização, a imposição do homem branco sobre o negro, o racismo. Por se tratar de memórias, fica explícito o caráter de veracidade do texto de Figueiredo, no entanto, a linguagem poética e as muitas inferências subjetivas presentes na narrativa apontam para um texto literário. A própria autora faz uma distinção entre a obra e a vida, assumindo que seu texto é literário quando afirma no prefácio que:

O *Caderno* tem uma vida própria, que quem lê reconhece, como se de repente se abrisse uma janela e o vento trouxesse intacto o ambiente do passado, descongelado, inteiro e autêntico, com os seus ruídos, cores e odores; mas o livro também ficciona para dizer a verdade, esse outro grande paradoxo da literatura. Pode esperar-se que os factos [sic] relatados correspondem ao que foi testemunhado, vivido e sentido, não que sejam um relato literal isento de trabalho literário (FIGUEIREDO, 2009, p.102).

Pouco mais adiante, a autora reconhece novamente que, apesar de ser permeada por biografemas, sua obra não assume obrigações para com a realidade. Ao falar do pai, da encarnação do colonialismo que ele representa, ela afirma:

O que ali se mostra é um homem de um tempo, no seu contexto, tão racista como os que eram racistas, e eram muitos, na metrópole e no ultramar. E como o são, ainda hoje, aqui. Retornados ou não. Ao longo destes anos, tenho assumido a missão de proteger a personagem do meu pai da fácil e tentadora diabolização que sobre ela é possível desenhar. Percebi que me cansei de o fazer. Compreendi que não posso controlar o que sobre ele é e será produzido. Existe o meu pai e a personagem. Fico com o primeiro (FIGUEIREDO, 2009, p.118).

Percebe-se no texto de Figueiredo um movimento reflexivo típico da psicanálise, o ato de dar significado ao passado a partir de um trabalho intelectual que funde aspectos racionais e outros de origem associativa. A escrita autoficcional, embora não esteja atrelada, condicionalmente, a uma função terapêutica por excelência, é atravessada pelo advento da psicanálise, no início do século passado. O mergulho nas próprias questões, que se revela no texto de Figueiredo, faz um movimento catártico, do particular para a subjetividade do leitor. Conforme aponta a própria escritora:

A obra foi muito bem recebida pela crítica, pela academia e pelos leitores em geral. Fez cinco edições, e é lida e estudada no mundo inteiro. Mudou a minha vida, trazendo-me amizades, conhecimentos e confirmações, aos milhares, e levando-me a lugares onde nunca tinha pensado ir. De um momento para o outro, desconhecidos passaram a abordar-me comovidamente, numa quase psicanálise coletiva. “Eu vivi isto”. “Eu fiz aquilo”. “Os meus pais diziam aqueloutro”. “Eu sei perfeitamente o que sentiu quando...” (FIGUEIREDO, 2009, p.98).

Para Daniel Laks, a obra insere-se no contexto da abertura política e consequente liberdade de expressão possível após o período da censura salazarista:

Nesse sentido, a literatura portuguesa, à qual a narrativa em questão se filia, toma para si a responsabilidade de rever ficcionalmente o processo de descolonização, o redesenho das fronteiras nacionais, os dramas individuais e coletivos da guerra colonial e as consequências identitárias de tais processos. [...] É a partir da ironia como ferramenta política de análise que Isabela Figueiredo irá propor a *mimeses* de um diário, a fim de acertar contas com a memória de seu pai (LAKS, 2019, p.65-67).

O autor ainda destaca a proposta de uso político das memórias, quando os fatos, transpostos para o presente de forma crítica, permitem ressignificar uma realidade social. “A construção identitária aparece como um processo dinâmico, condicionado por uma multiplicidade de fatores (sociais, históricos, coletivos), mas também por eventos particulares” (LAKS, 2019, p. 67). Assim, a literatura permeia não somente a vida pessoal da autora/personagem, mas também a de toda uma sociedade que viveu e/ou reconhece o contexto reproduzido na obra, não deixando para trás a história, que precisa ser lembrada, de colonizadores e colonizados.

## O corpo como território do opressor

A recepção do texto de Figueiredo reflete uma identificação que merece atenção: no prefácio da quarta edição de *Caderno de memórias coloniais* pela editora Angelus Novus, a escritora Paulina Chiziane comenta que, apesar de ser negra e ocupar o lugar de colonizada, ela se vê refletida na narradora-personagem de Figueiredo, porque como mulher, a autora tem o corpo colonizado de forma muito semelhante. Ela reconhece, por exemplo, a impossibilidade de falar de sexo: “Que pena nós, mulheres, não podermos falar de sexo tão abertamente. Brancas ou pretas, fomos todas castradas” (CHIZIANE, 2009, p.138). Pensando sobre a função do erótico enquanto poder, Audre Lorde (2020) afirma que:

Para se perpetuar, toda opressão precisa corromper ou deturpar as várias fontes de poder na cultura do oprimido que podem fornecer a energia necessária à mudança. No caso das mulheres, isso significou a supressão do erótico como fonte considerável de poder e de informação ao longo de nossas [das mulheres] vidas (LORDE, 2020, p. 67).

Thomas Bonnici (2000) faz uma analogia entre o pós-colonialismo e o feminismo, afirmando que o discurso feminista é tão relacionado com o pós-colonialista que pode ser considerado um tropo dele. Para o autor, a partir da análise pós-colonialista, o feminismo passou a empregar termos característicos da relação metrópole-colônia e a investigar conceitos como linguagem, voz, discurso, silêncio e imitação, a fim de investigar a relação do patriarcalismo com a condição da mulher. Já Verónica Gago (2020) relaciona o corpo das mulheres a colônias, uma vez que se trata de um território do qual se extrai riqueza por meio da violência. Apoiada no pensamento de Silvia Federici, a autora percebe como o capital explora o trabalho doméstico, o camponês e o periférico, concluindo que a exploração da mulher é colonial e heteropatriarcal. A partir desse pensamento, Gago reconhece o conceito de corpo-território, definido por ela como “um conceito político que evidencia como a exploração dos territórios comuns e comunitários (urbanos, suburbanos, camponeses e indígenas) implica violentar o corpo de cada um e o corpo coletivo por meio da espoliação” (GAGO, 2020, np). Nessa linha, Anne McClintock (2010) conceitua o imaginário colonial a partir do termo “pornotrópicos”. Segundo a autora:

Durante séculos os continentes incertos – África, Ásia, as Américas – foram concebidos pelo saber europeu como libidinosamente eróticos. As histórias [sic] dos viajantes estavam eivadas de visões da monstruosa sexualidade de terras distantes onde, segundo a lenda, os homens exibiam pênis gigantescos e as mulheres copulavam com macacos; dos seios dos homens tornados femininos fluía o leite, e as mulheres militarizadas cortavam os seus. Viajantes da Renascença encontravam uma audiência voraz e lasciva para suas histórias picantes, de tal forma que muito antes da era

do alto imperialismo vitoriano, a África e as Américas já tinham se tornado o que pode ser chamado de pornotrópicos para a imaginação europeia – uma fantástica lanterna mágica da mente na qual a Europa projetava seus temores e desejos sexuais reprimidos (McCLINTOCK, 2010, p.44).

Nessa perspectiva, para justificar a opressão à mulher dos trópicos era atribuída a maior carga de rótulos relacionados a aberrações sexuais, aproximando a suposta lascívia do caráter bestial. Essa concepção se somava, ainda conforme McClintock, a de que as terras por desbravar eram equiparáveis ao corpo da mulher a conquistar. “O conhecimento do mundo desconhecido estava mapeado como uma metafísica da violência de gênero” (2010, p.47). Assim, ainda segundo a autora, o mistério da travessia se vale de uma iconografia feminina que povoa mapas com ninfas e sereias, orna as proas de barcos com imagens femininas e se utiliza de terminologias como “terra virgem”: “De muitíssimas maneiras, as mulheres serviam por figuras mediadoras e liminares por meio das quais os homens se orientavam no espaço como agentes do poder e do conhecimento” (McCLINTOCK, 2010, p.48). É interessante perceber que o colonialismo tem uma força muito grande sobre o pensamento, tanto dos colonos quanto dos colonizados. Franz Fanon (1968) entende que a lógica colonial é capaz de fazer crer em estereótipos e identidades que são atribuídas pelos colonizadores. No caso das mulheres, observa-se que elas sofrem uma colonização do pensamento por parte do patriarcado hegemônico, mas, quando se trata de mulheres brancas, por exemplo, elas também atuam na opressão das negras. Na obra de Figueiredo, essa opressão aparece em forma de depreciação das colonizadas por parte das brancas:

Os brancos iam às pretas. As pretas eram todas iguais e eles não distinguíam a Madalena Xinguile da Emilia Cachamba, a não ser pela cor da capulana ou pelo feitio da teta, mas os brancos metiam-se lá para os fundos do caniço, com caminho certo ou não, para ir à cona das pretas. Eram uns aventureiros. Uns fura vidas. As pretas tinham a cona larga, diziam as mulheres dos brancos, ao domingo à tarde, todas em conversa íntima debaixo do cajueiro largo, com o bandulho atafalhado de camarão grelhado, enquanto os maridos saíam para ir dar a sua volta de homens, e as deixavam a desenferrujar a língua, que as mulheres precisam de desenferrujar a língua umas com as outras. As pretas tinham a cona larga, mas elas diziam as partes baixas ou as vergonhas ou a badalhoça. As pretas tinham a cona larga e essa era a explicação para parirem como pariam, de borco, todas viradas para o chão, onde quer que fosse, como os animais. A cona era larga. A das brancas não, era estreita, porque às brancas só lá tinha chegado o do marido, e pouco, e com dificuldade, que elas eram muito estreitas, portanto, muito sérias, e convinha que umas soubessem isto das outras. Limitavam-se ao cumprimento das suas obrigações matrimoniais, sempre com sacrifício, pelo que a fornicção era dolorosa, e evitável, por isso é que os brancos iam à cona das pretas. As pretas não eram sérias, as pretas tinham a cona larga, as pretas gemiam alto, porque as cadelas gostavam daquilo. Não valiam nada. As brancas eram mulheres sérias. Que

ameaça constituía para elas uma negra? Que diferença havia entre uma negra e uma coelha? (FIGUEIREDO, 2010, p.248).

O sequestro da dimensão do erótico na vida das colonizadoras é evidente. Considerar o ato sexual como uma obrigação, um sacrifício, é uma visão reforçada pelo cristianismo enquanto doutrina do colonizador que, conforme Elódia Xavier (2007), crê em um Deus que se tornou corpo, mas tem uma postura hostil com o corpo que é ferido pelo pecado, especialmente o corpo da mulher que é marginalizado com base em uma latente impureza. Para Xavier, o pensamento dualista gera o dilema da mulher que, “dividida entre corpo e espírito, se reflete no ideal de Maria, que foi sexualmente pura, virgem e mãe a um só tempo; porém um ideal irrealizável” (XAVIER, 2007, p. 133). A ênfase na pureza da mulher branca e na depravação da negra demonstra a presença do corpo degradado, categoria postulada por Xavier na obra *Que corpo é esse?* Percebe-se no discurso delas, traduzido por Figueiredo (2010), o puritanismo do colonizador cristão aplicado tanto a elas próprias, que não podem ter prazer no ato sexual, quanto às colonizadas, que têm prazer, mas não deveriam.

A perspectiva de degradação dos corpos incide sobre as mulheres subalternizadas no processo da colonização: a mulher negra é considerada como um animal, é coagida e violentada pela miséria. A mulher branca, por sua vez, apresenta um corpo disciplinado, como na concepção de Michel Foucault, “capturado em um sistema de sujeição e investido de relações de poder” (1977, p.30). De forma passiva, essa mulher branca, ainda que em situação econômica privilegiada, é vítima do homem, ao mesmo tempo que é algoz da negra. Para Federici, “na tentativa de formar um novo tipo de indivíduo, a burguesia estabeleceu uma batalha contra o corpo, que se converteu em sua marca histórica” (2017, p.243). Da perspectiva de uma menina branca e filha de um colonizador, a narradora-personagem apresenta-se também como um corpo disciplinado, mas curioso, aberto ao diferente, a momentos de indisciplina, muito embora sempre permeados por culpa e pela repressão do pai. A personagem tem sua primeira experiência com o corpo do outro na infância quando, por brincadeira, deita-se nua com um menino amigo seu. Encontrada pelo pai, a criança é espancada e submetida ao poder do homem branco. Na narrativa, o corpo do colonizador confirma ser violento e dominador:

Senti durante muito tempo as violentas bofetadas do meu pai a arder no rosto e os golpes que espalhou pelo meu corpo; rosto, braços, nádegas, costas, pernas. Onde caísse. Foi violento. Depois fechou o meu braço nas suas poderosas garras e voei para dentro do nosso quintal, onde me largou e pude fugir em direção ao meu quarto, contendo lágrimas, ardendo, humilhada, pensando que a minha vida acabava, ali. Pior que a dor da pancada era a da humilhação por ele ter me visto foder, me ter apanhado no pior dos pecados. Achei que não era capaz de voltar a olhar para ele nem ele para mim, de sair do quarto. Mais tarde, ouvi-o contar à minha

mãe, mas nem me recorro da sua resposta. Nunca, no resto da minha infância, da minha vida, qualquer um deles falou comigo sobre o acontecido. É algo que não existiu (FIGUEIREDO, 2010, p.392).

O pai é a figura disciplinadora. Ele a reprime com violência e, embora menina, a personagem sente-se humilhada por já estar inserida em um contexto social em que o corpo, principalmente o da mulher, é tomado como impuro. O silêncio posterior dos pais a respeito desse episódio confirma o estabelecimento do tabu em torno da sexualidade. A lei do pai não é lei apenas sobre a criança, mas sobre a mãe e sobre os empregados. Temido por todos por sua violência, ele “tinha o condão de transformar os finais dourados das tardes de sábado num poço escuro de medo e de raiva (FIGUEIREDO, 2010, p. 487)”. O corpo da personagem é tão disciplinado que ela teme até mesmo a amizade que tem com o vizinho negro, uma vez que em sua inocência infantil, ela acredita que pode estar grávida do menino por gostar muito dele. A resignação ao poder patriarcal e colonizador é tanta que ela deixa de dormir à noite, preocupada porque:

Se eu estivesse grávida do preto, o meu pai podia matar-me, se quisesse. Podia espancar-me até ao aviltamento, até não ter conserto. Podia expulsar-me de casa e eu não seria jamais uma mulher aceita por ninguém. Havia de ser a mulher dos pretos. E eu tinha medo do meu pai. Desse poder do meu pai (FIGUEIREDO, 2010, p. 448-449).

No entanto, apesar de ser oprimida pelo patriarca, a menina, enquanto branca, tem poder sobre os colonizados e exerce esse poder de modo similar ao pai. Como corpo disciplinado, ela carrega um aprendizado das regras de opressão que é resultado da violência simbólica e física que permeia sua existência. O corpo da menina branca se propõe ao papel de colonizador quando ela agride deliberadamente sua colega negra, sabendo que não sofreria consequência alguma por seus atos. Mesmo que a culpa apareça, ela ainda violenta a outra com base na “superioridade” de sua raça.

Os valores cristãos passados do pai para a filha remetem ao amor fraternal, mas são utilizados com o intuito de disciplinar os corpos dos negros e das mulheres. Mesmo na infância, a personagem se mostra capaz de entender o lugar que ocupa, enquanto mulher, assim como o lugar mais subalterno ainda que ocupam os negros: “Não havia de ser um pau mandado como as outras mulheres. Eu cá não dobraria. Havia de ser como a Helen Keller. Ou o meu pai. Nesta parte já não entram os pretos” (FIGUEIREDO, 2010, p. 607). O ideal de se tornar igual ao pai demonstra mais uma vez a necessidade da oprimida de passar a opressora, de ser forte o suficiente para subjugar e garantir um espaço de poder para si. A mesma necessidade aparece no corpo colonizado do homem negro que, em um dado momento, já posterior à libertação de Maputo, expressa a retomada do espaço em um ato que subjuga a personagem:

Um jovem negro que se deslocava rápido na minha direção, sem qualquer intenção aparente, ao aproximar-se, abraçou-me com a esquerda, esmagou o corpo contra si, arrebanhando com a mão direita o meu monte de Vênus, apertando-o com força, como espremeria um caju para sumo. Olhou-me nos olhos, muito perto, sem temor, sem culpa. Largou-me sem palavra, e continuou rápido, sem se voltar. Permaneci na mesma posição, paralisada, muda, com olhos abertíssimos. Minúsculos pontos brilhantes rebentando ao redor de mim. Não procurei ninguém. Não vi ninguém. Não sei se alguém me viu. Não sei se havia gente na rua. Não sei se o meu pai chegou logo, se demorou. Quando chegou, subi silenciosamente para a carrinha, e ele levou-me onde tinha de me levar. Nunca lhe contei isto, nem à minha mãe. Tinha de poupá-los. Evitar chatices. Podia ser um rastilho. Com o meu pai nunca se sabia. Era necessário evitar que ele se metesse em sarilhos naquela época. O tempo dos brancos havia acabado (FIGUEIREDO, 2010, p.855).

Mais uma vez, o silenciamento diante do pai, o medo de que alguma condenação se voltasse a ela, reforça a submissão do corpo da mulher ao sistema patriarcal. Ainda que diante de uma violência, o constrangimento é maior que a possibilidade de amparo na família. O pudor também se apresenta na linguagem, quando a narradora descreve o toque em seu “monte de Vênus”, linguagem por demais sofisticada, que contrasta com a descrição explícita e coloquial sobre a sexualidade das negras trazida nas páginas anteriores. Na Maputo recém-liberta, o fim do tempo dos brancos não significa o fim das práticas de opressão, uma vez que os colonizados, ao conseguirem a libertação, passam imediatamente a agir como os colonizadores. De acordo com Fanon:

Pensamos que a luta organizada e consciente empreendida por um povo colonizado para restabelecer a soberania da nação constitui a manifestação mais plenamente cultural que se possa imaginar. Não é unicamente o bom êxito da luta que dá por suas consequências validade e vigor à cultura. [...] A própria luta, em seu desenrolar, em seu processo interno, desenvolve as diversas direções da cultura e esboça outras, novas. A luta de libertação não restitui à cultura nacional o seu valor e seus contornos antigos. Essa luta que visa uma redistribuição fundamental das relações entre os homens não pode deixar intactas as formas nem os conteúdos culturais desse povo. Após a luta não há apenas desaparecimento do colonialismo; há também desaparecimento do colonizado (FANON, 1968, p. 205).

Para superar a colonização, esse colonizado que “desaparece”, como quer Fanon a respeito dessa condição modificada, precisa tomar consciência da complexa trama social e identitária em que se insere. Pensar a igualdade de gênero, de raça e de classe isoladas é problemático porque não erradica o mal. Na obra de Figueiredo (2010), os colonizados, corpos disciplinados, ao perceberem que o jogo de forças está invertido, reproduzem os abusos do poder sofridos. O conceito de corpo-território parece apontar para uma maneira viável de se pensar a questão, uma

vez que apresenta, explicitamente, a impossibilidade de isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território. Noções de propriedade e de demarcação territorial surgem no subtexto das relações humanas, especialmente as que denotam a opressão do homem sobre a mulher.

Semiperiferia na Europa, os portugueses calcaram um estilo determinante no jogo de forças com as antigas colônias, em que pesem aspectos sociais e subjetivos ainda por elucidar. Nesse contexto, a narrativa de Figueiredo (2010) contribui para a compreensão deste amplo cenário a partir da experiência individual, uma vez que: “A colonialidade das relações não terminou com o fim do colonialismo das relações” (SANTOS, 2010, p.233). Entre os mitos inerentes a esse passado colonial está o de que o subdesenvolvimento do colonizador gera o subdesenvolvimento da colônia, condição que só poderia ser superada por uma política colonialista mais sofisticada. Em outras palavras, o imaginário social valida e, desse modo, repete o modelo de exploração humana inerente ao processo desenvolvimentista de matriz eurocêntrica nas antigas colônias. Tais práticas se dão em prejuízo, especialmente, para as mulheres. Santos (2007) se detém, ainda, sobre o que considera um sistema de distinções visíveis e invisíveis no âmago dos processos coloniais, o pensamento abissal:

As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o deste lado da linha e o do outro lado da linha. A divisão é tal que o outro lado da linha desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o “outro”. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha (SANTOS, 2007, s.p.).

Nessa dualidade, civilização se opõe a barbárie, desenvolvimento a atraso, conhecimento a ocultismo, masculino a feminino, entre outras arbitrariedades possíveis, legitimando a opressão e a exploração mesmo após os processos de libertação das colônias, enquanto lógica incrustada no pensamento moderno ocidental.

### **Disciplina e transgressão**

Corpos disciplinados agem de acordo com o esperado deles, no entanto, podem ter seus momentos de rebeldia e de escape às regras que o poder colonial e patriarcal impõe. A personagem de *Caderno de memórias coloniais* tem a perspectiva de uma adolescente branca, criada a partir de ideais puritanos e intransponíveis, sob a pena de castigos físicos e até mesmo da própria morte, por parte do pai, como ela afirma temer. Ainda assim, a descoberta do corpo erotizado, definido por Xavier (2007) como aquele que vive sua sensualidade plenamente e busca usufruir do prazer, acontece, em um episódio vivido com a amiga Domingas:

A Domingas foi quem me masturbou pela primeira vez. Logo pela manhã, com a banheira cheia de água morna, estendeu a sua perna entre as minhas, e procurou, com o pé, a entrada da minha vulva, que esfregou devagar, fitando-me trocista e rindo-se. Sabia-a toda. E eu fitei-a e ri-me, e deixei-me ficar a olhar para ela, rindo e gozando igualmente (FIGUEIREDO, 2010, p. 913).

A cena que se dá dentro de casa revela as inquietações do corpo que transcendem os limites a ele impostos, em consonância com a efervescência da libertação de Maputo. É a pulsão de vida que tensiona os limites repressivos, possibilitando que novos ciclos surjam, que o movimento aconteça tanto na intimidade quanto naquela sociedade que expurga seus opressores. O corpo erotizado da protagonista não se revela apenas no sexo, mas também no amor que reconhece ter pelo pai, pelo carinho que ela sente e compartilha com ele. O pai é uma ameaça, um disciplinador, um colonizador. Ele é dono de tudo, decide tudo e não pode ser questionado, mas ele representa a segurança. Quando o mundo até então conhecido em terras ocupadas termina, a narradora enviada de volta a Portugal descreve ter:

Um sentimento estranho que não consigo controlar, um vazio, um nunca mais vou voltar, uma coisa que se perde, um vazio, e esse amor tão escondido, tão evidente pelo meu pai, que me projeta para os seus braços, contra a minha vontade, como uma bala que o atravessa e o torna exangue, eu chorando a fio, não conseguindo largar o seu corpo, os seus braços enormes, o seu corpo enorme, as suas mãos enormes, a sua carne enorme que beijo, que não quero largar. E volto atrás, chorando a fio, abraçada a qualquer parte desse corpo sagrado, chorando, chorando-o, arranhando-o de amor, como se o mundo acabasse ali, e acabava (FIGUEIREDO, 2010, p. 1061).

À imagem do abraço no pai a narradora aproxima a de uma bala (que o atravessa e o torna exangue). A figura pode ser entendida como a expressão da intensidade desse atravessamento psíquico primordial e, ao mesmo tempo, esse paradoxo entre protetor e repressor. O corpo do pai assim descrito sugere ainda uma metonímia da colonização. A persistência de um imaginário infantil, ligado ao corpo, materializa a ambivalência do opressor, assumindo ora a violência, ora o cuidado, algo que ressoa com as teorias acerca do processo colonizador português desenvolvidas por Santos (2010). Retornar a Portugal é um rito de passagem da infância para a vida adulta. A menina, agora mulher, precisa desprender-se da segurança que o pai, os valores coloniais e a família propiciam. Ela é recebida como retornada e tratada com hostilidade. Também é assediada porque, apesar de seus doze, treze anos, ela é tida como mulher e, portanto, objeto de desejo dos homens. Nos trechos finais, as lembranças das experiências de toque paterno e materno tecidas pela voz narrativa seguem evidenciando as distinções de gênero que incidem sobre os corpos:

Meu corpo foi uma guerra, era uma guerra, comprou todas as guerras. O meu corpo lutava contra si, corpo-a-corpo, mas o do meu pai era grande, pacífico e de carne. O corpo do meu pai era dele e valia a pena. O seu corpo era o do outro que estava em mim, mas sem guerra. Redondo, macio, arranhado, o corpo do meu pai dava-se ao riso, às cócegas, ao meu corpo. [...] O corpo da minha mãe era geométrico e seco. Não tinha autorização para lhe tocar. No corpo da minha mãe apenas me interessava seu peito grande e mole. Que delícia haveria de ser poder mexer-lhe, mamar, chupar por todo o lado. Apalpar com força. Sacudia-me, está quieta. Tocar minha mãe era uma atitude pouco própria. O corpo do meu pai, pelo contrário, sólido, redondo, disponível, revelava-se uma colina cheia de arbustos e vegetação à qual podia trepar, e sentir, cheirar, beliscar, morder (FIGUEIREDO, 2010, p. 1226).

A ideia do erótico sequestrado das mulheres, proposta por Lorde (2020), é retomada quando se percebe que ao corpo das mulheres não é permitida a erotização. A mãe da narradora não consegue ser carinhosa com a filha. Para ela, o corpo é impuro, e o prazer é interdito, enquanto o pai se mostra um ser pleno, tendo resguardada a possibilidade de se expressar, também, fisicamente. Bell hooks (2018) explica que o pensamento sexista ensinado às mulheres desde a infância faz com que elas entendam o erótico como exclusivamente masculino, pulsão que quando se apresenta nas mulheres é sinal de pecado, falta de virtude e impureza. A cisão entre “santa” e “puta” deixa as mulheres sem base para uma construção sexual saudável. O patriarcado reduz a mulher a um objeto sexual ao mesmo tempo em que procura coibir a sexualidade, que só deve ser manifestada enquanto condição para a reprodução, no contexto familiar.

### Considerações finais

A obra de Figueiredo (2010) é ilustrativa da discussão contemporânea acerca do processo colonizador e suas marcas de opressão e violência sobre o gênero feminino. Quando se pensa no caso das mulheres negras colonizadas, a redução delas à condição de animais, tanto para os homens quanto para as mulheres brancas, insere-se na lógica da exploração imperialista. Calcada em justificativas religiosas, especialmente de base católica, a exploração colonial ao longo de mais de 500 anos nas regiões dominadas pelos portugueses é legitimada a partir da lógica da degradação, da submissão e da remissão do pecado.

Colonizado, o desejo feminino também coloniza. Para Hooks (2018), essa forma de pensamento só poderá ser erradicada quando as mulheres se perceberem como dignas de valor, independentemente do desejo dos homens. No entanto, isso não é possível em uma sociedade de raízes profundamente patriarcais. Retomando o papel social que a obra de Figueiredo (2010) exerce ao acionar, a partir do tom memorialista, um arcabouço crítico acerca da fase final do processo de colonização em Moçambique e do retorno experienciado por sua geração, podemos afirmar que o erótico é suprimido justamente porque é através das conexões

que as pessoas são inseridas nas comunidades, reconhecendo-se, acolhendo-se e articulando-se mutuamente.

Se a condição do outro enquanto ser humano é respeitada, ele se equipara ao opressor, ou seja, sua opressão já não encontra mais justificativas por meio dessa linha abissal que o colonialismo criou, categorização que se perpetua a partir dos centros de dominação, separando civilizados de bárbaros, como exposto por Santos (2007). Na contrapartida, como forma de perpetuar as engrenagens da exploração, é exercida a exotização, especialmente da mulher e do homem negros colonizados. É no interstício desse jogo de forças possibilitado pelo discurso autoficcional que Figueiredo (2010), como os trechos literários analisados neste breve estudo acentuam, abala de forma alegórica os construtos históricos e sociais que perpetraram a violência a partir dos processos coloniais mundo afora.

## Referências

- BONNICI, Thomas. Feminismo e pós-colonialismo. In: BONNICI, Thomas. *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. Maringá: Eduem - Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2000. p. 153-183.
- CHIZIANE, Paulina. Sobre *Caderno de Memórias Coloniais*. In: FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de Memórias Coloniais*. 4. ed. Coimbra: Angelus Novus Editora, 2010. np.
- DOUBROVSKY, Serge. *Fils: roman*. Paris: Éditions Galilée, 1977.
- FAEDRICH, Anna. Autoficção: um percurso teórico. *Criação & Crítica*, n.17, p.30-46, dez. 2016. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/issue/view/9319>. Acesso em 18 set. 2021.
- FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante: 2017.
- FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. 4. ed. Coimbra: Angelus Novus Editora, 2010.
- FIGUEIREDO, Isabela: "O colonialismo era o meu pai". [24 de dezembro, 2009]. Revista Ípsilon on-line. Entrevista à Alexandra Prado Coelho. Disponível em: <https://www.publico.pt/2009/12/23/culturaipsilon/noticia/isabela-figueiredo-quotocolonialismo-era-o-meu-paiquot-247765>. Acesso em: 29 de abril de 2022.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GAGO, Verónica. *A potência feminista: o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Elefante, 2020.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LAKS, Daniel. A produção narrativa da identidade em *Caderno de memórias coloniais*, de Isabela Figueiredo. *Revista do NEPA/UFF*, Niterói, v.11, n.22, p. 63-75, jan.-jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaabril/article/view/29983>. Acesso em 18 set. 2021.

LORDE, Audre. *Irmã outsider*. 1.ed. São Paulo: Autêntica, 2020.

MCCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial*. Raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Ed. Unicamp: Campinas, 2010.

SANTAELLA, Lucia. Literatura e Mídias Digitais. In: OLIVEIRA, Rejane Pivetta de (org.). *Literatura para pensar e intervir no mundo*. Porto Alegre: Uniritter, 2013. Cap. 5. p. 79-98.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Cebrap* [online]. 2007, n.79 [cited 2020-06-01]. pp.71-94. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso). Acesso em 20 set. 2021.

SANTOS, Boaventura Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. *Revista Cebrap*. São Paulo, 2010.

XAVIER, Elódia. *Que corpo é esse?: o corpo no imaginário feminino*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

Recebido em 30 de abril de 2022.

Aprovado em 7 de junho de 2022.

## Resumo/Abstract

### **Dos pornotrópicos à emancipação da mulher: corpo e território em *Caderno de memórias coloniais*, de Isabela Figueiredo**

**Alessandra Paula Rech**

**Daniele Scalia**

O presente artigo se trata de uma análise da obra de autoficção *Caderno de memórias coloniais*, de Isabela Figueiredo (2010), na perspectiva das representações do corpo no imaginário colonial. O estudo se detém, especialmente, sobre as interdições do erótico às mulheres, que transparecem nos relatos da personagem-narradora, distinguindo os corpos de brancas colonizadoras e de negras colonizadas. Similarmente oprimidas, as mulheres que habitam os dois lados “abissais” do recorte histórico da colonização e da posterior emancipação de Moçambique/Maputo podem ser tomadas como exemplares das reverberações do conceito

de pornotrópicos, bem como das ambiguidades do processo colonizador protagonizado por Portugal. No referencial teórico, contribuições de hooks (2018), Lorde (2020), McClintock (2010), Santos (2007; 2010), entre outros.

**Palavras-chave:** Isabela Figueiredo, pós-colonialidade, corpo, território, gênero.

**From porno-tropics to women's emancipation: body and territory in *Caderno de memórias coloniais*, by Isabela Figueiredo**

**Alessandra Paula Rech**

**Daniele Scalia**

This paper proposes a literary analysis of Isabela Figueiredo's auto fictional work *Caderno de memórias coloniais* (2010) through the perspective of the body's representation in colonial imaginaries. The study focuses mainly on the ban of eroticism in women's lives which clearly appears in the first - person narrator's discourse which distinguishes negatively between the bodies of white women colonizers and black women colonized. As they are similarly oppressed, women who inhabit both of the unfathomable sides of colonization's historical scissions and of the later emancipated Mozambique/Maputo may be understood as examples of reverberations from McClintock's term porno-tropics, as well as of the ambiguities from Portugal's colonization processes. As references there are contributions from hooks (2018), Lorde (2020), McClintock (2010), Santos (2007; 2010), amongst other authors.

**Keywords:** Isabela Figueiredo, post-colonialism, body, territory, gender studies.